GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO PRINCÍPIO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E INTEGRAL

FLÁVIA FRANÇA FREIRES

RESUMO

A educação é um processo de construção de identidades e estas se constituem pelo desenvolvimento da sensibilidade e pelo reconhecimento do direito à igualdade. A gestão democrática é uma prática bastante significativa para o ambiente escolar, pois esta propicia uma educação de qualidade para todos os alunos, além de auxiliar na criação de vínculos com a comunidade escolar, aproximando educadores, famílias e sociedade no processo de ensino. A partir desse delineamento, definiu-se que o objetivo geral é identificar os desafios e possibilidades da gestão democrática em prol a uma educação inclusiva, equitativa e integral. Para realização da pesquisa foi utilizada como metodologia a referência bibliográfica. Concluiu-se que existem possibilidades de exercício de uma gestão democrática, desde que sejam permeadas por um trabalho coletivo e que leve em consideração a diversidade de interesses dos sujeitos da instituição, como forma de democratizar os processos decisórios efetivados na escola.

Palavras-Chave: Gestão democrática e participativa. Comunidade escolar. Gestor. Planejamento.

ABSTRACT

Education is a process of building identities and these are made up by developing sensitivity and recognizing the right to equality. Democratic management is a very significant practice for the school environment, because it provides quality education for all students, besides helping to create links with the school community, bringing educators, families and society closer in the teaching process. Based on this design, it was defined that the general objective is to identify the challenges and possibilities of democratic management for inclusive, equitable and integral education. To carry out the research, the bibliographic reference was used as a methodology. It was concluded that there are possibilities for exercising democratic management, provided that they are permeated by collective work and that they take into account the diversity of interests of the subjects of the institution, as a way of democratizing the decision-making processes carried out at school.

Key words: Democratic and participatory. Management. School community. Manager. Planning.

1 INTRODUÇÃO

A educação é a base de tudo na vida do homem, importante para o seu desenvolvimento humano e em sociedade. Com o conhecimento, o homem pode ir além de suas expectativas de vida, ultrapassar fronteiras, ajudar o próximo a se desenvolver e ter uma melhor qualidade de vida. Para Freire (1998), a educação é uma resposta da finitude da infinitude, uma vez que a educação é possível para o homem porque este é inacabado e sabe-se inacabado; isto o leva à sua perfeição.

Assim, a escola é um espaço vivo, pois se modifica e tem diferentes tipos de conhecimentos que se articulam de modo múltiplo e imprevisível. É importante que a escola reconheça os diversos saberes, valores e modos de interação que ocorrem em sua realidade, assim como a cultura de seus grupos.

Para que a escola cumpra sua função de facilitar o acesso ao conhecimento e promova o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral do aluno, é necessário que haja uma reflexão coletiva, envolvendo o gestor educacional, a supervisão escolar, o coordenador pedagógico, toda equipe de professores e a comunidade sobre a realidade de vida do aluno, tendo em vista valorizar suas experiências de vida, o seu contexto cultural, social e econômico para despertar o desejo de aprender.

O trabalho integrado entre o trio gestor: o supervisor, o gestor e o coordenador pedagógico é uma proposta que surge ocupando o lugar de uma postura tradicional, de um trabalho totalmente técnico – e, em uma determinada época, alienante - que passou por vários períodos de transformação, desde o surgimento das ações destes profissionais no processo de educação formal.

Assim sendo, este trabalho vem ao encontro da proposta de uma “Escola Ideal”, ou seja, trabalhar coletivamente, reformulando atividades e construindo novos meios que levem professores e alunos a se “descobrirem e a descobrir” o seu potencial. Sendo responsável pelo desenvolvimento da escola, esses profissionais devem buscar o resgate de uma prática pedagógica participativa, que levante a ideia de conjunto, avançando de forma interativa, construindo uma aprendizagem significativa dentro da instituição escolar.

Com base no exposto, configura como objetivo geral que norteia esse artigo identificar os desafios e possibilidades da gestão democrática em prol a uma educação inclusiva, equitativa e integra. Como objetivos específicos tende-se a caracterizar o a escola côo entidade emancipadora definir a gestão democrática e refletir sobre o papel social da escola.

Para que a escola cumpra suas funções efetivamente, precisará ter objetivos bem definidos, contar com participação e comprometimento da coletividade e com o trabalho de profissionais competentes, com visão ampla e profunda dos processos pedagógicos, das necessidades e interesses dos alunos, das condições reais do trabalho docente, das relações que se dão no processo ensino-aprendizagem e na sociedade.

2 A ESCOLA COMO ENTIDADE EMANCIPADORA

Sendo a escola responsável pela formação cidadã do indivíduo, é necessário que o desenvolvimento deste trabalho seja realizado com cautela, é fundamental que o foco não esteja somente no ensino elaborado, no repasse das ciências, mas que também faça parte de seu cotidiano atividades que possam desenvolver um olhar crítico, situações que desempenhem a habilidade de convívio social do educando, e que lhes permita momentos de reflexão.

Para dialogar sobre a função social da escola pública, é necessário que reflitamos um pouco sobre esse espaço social chamado escola, espaço esse que foi sendo moldada a medida das necessidades da sociedade. Em todas as comunidades que se estuda e em todas as épocas o ato de ensinar, de transmitir conhecimentos se encontra. E o espaço escola de certa forma também, posto que sempre, ao longo da história humana, o ato de ensinar foi sendo delegado a alguém e à medida que o conhecimento e as relações humanas com esse conhecimento foram se tornando mais complexas, os espaços para o ato de ensinar também foram adquirindo formas diferenciadas e com razões diferenciadas para existir. (BARRETO, 2011)

Luckesi (1998) ressalta que de acordo com esta tendência pedagógica, compete à escola:

> organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. [...] A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental (LUCKESI, 1998, p.61).

Logo, o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Para tanto, deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais.

Assim, ao se fundamentar em uma ideologia competitiva, Gómez (2008) é enfático ao afirmar que:

> Viver na escola, sob o manto da igualdade de oportunidades e da ideologia da competitividade e meritocracia, experiências de diferenciação, discriminação e classificação, como consequência do diferente grau de dificuldade que tem para cada grupo social o acesso à cultura acadêmica, é a forma mais eficaz de socializar as novas gerações na desigualdade. Deste modo, inclusive os mais desfavorecidos aceitarão e assumirão a legitimidade das diferenças sociais e econômicas e a mera vigência formal das exigências democráticas da esfera política, assim como a relevância e utilidade da ideologia do individualismo, a concorrência e a falta de solidariedade. (GÓMEZ, 2008 p, 21).

Assim sendo, a educação é vista como uma incógnita bastante complexa, pois não é uma simples questão inerte que se mantém no mesmo lugar, mas ela é a que impulsiona a humanidade. Educar é, assim, humanizar o homem, o que abrange suas ações. Em suma, a função social da escola está estritamente relacionada à preparação para o trabalho, à reinterpretação social e conceitual da situação de classe dos sujeitos por meio do conhecimento e ao ajustamento dos indivíduos à sociedade permeados pela transmissão de conhecimento.

Segundo Libâneo (2012) a escola centrada na aprendizagem tem que proporcionar um patamar comum de conhecimentos. A ideia de que se pode alcançar um patamar comum de conhecimentos, que se pode atingir verdadeiramente sucesso, deve ser uma exigência dos docentes, e compreendida como um ato civilizatório. Por fim, uma escola focada na aprendizagem deve ser um local onde as crianças aprendem a estudar, aprendem a trabalhar, aprendem a se relacionar com o mundo e com os outros de forma ética, responsável, respeitosa e organizada.

3 OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática comprova a importância de se gerir uma escola, de forma que todos participem com voz e voto, que sejam ouvidos e que compartilhem ações. De acordo com Becker, a definição do termo é:

O termo gestão democrática provém do grego e é composto pelas duas palavras DEMO= povo e KRATEIN=reinar. É possível traduzir democracia literalmente, portanto, com os termos reinado popular ou reinado do povo. Traduzindo de maneira simplista é dizer: o poder surge do povo, está a ser exercido pelo povo e no seu próprio interesse. (Becker, 2008, p.5)

O conceito de gestão, por sua vez, "envolve estas atividades, mas em formas radicais, incorporando certa dose de filosofia e política" (DIAS, 2004, p. 217). Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 que coloca a gestão democrática como princípio do senso cítrico, estabelece que a sociedade civil partilhe o controle da educação. Portanto, a razão que norteia a gestão democrática é a participação dos profissionais da educação e da comunidade local no ensino público não apenas em forma de prestação de serviços ou execução de atividades, e sim de tomada de decisão sobre o rumo da escola (BARRETO, 2011).

Em outros termos, a gestão democrática é:

[...] antes e acima das rotinas administrativas, a identificação de necessidades; a negociação de propósitos; a definição clara de objetivos e estratégias de ação; as linhas de compromisso; a coordenação e o acompanhamento de decisões pactuadas, mediação de conflitos, com ações voltadas para a transformação social concretizando-se por meio de metas (HORA, 2007, p. 51-52)

Sendo assim, a gestão escolar democrática significa promover a redistribuição de responsabilidades, ideias de participação, trabalho em equipe, decisão sobre as ações que serão desenvolvidas, analise de situações em conjunto. Além de promover confronto de ideias, procurando, assim, o êxito de sua organização através de uma atuação consciente dos envolvidos.

A gestão democrática se consolida na participação da comunidade escolar através das diversas instâncias colegiadas como o Conselho Escolar, Conselho de Classe, APMF– Associação de pais, Mestres e Funcionários e o Grêmio Estudantil. Há dois sentidos de participação uma como meio de conquista da autonomia do colegiado, constituindo-se como prática formativa, como elemento pedagógico, metodológico e curricular e a outra como processo organizacional em que os profissionais e usuários da escola compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão. (HORA, 2007)

O Conselho de Escola constitui-se de membros participantes com a tarefa de co-responsáveis pelo enfrentamento de problemas e decisões a serem tomadas no âmbito pedagógico, administrativo e financeiro da instituição escolar. Está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/ 96, Art. 14, Inciso II, que estabelece os princípios de educação democrática dentre os quais informa da importância de participação das comunidades em conselhos escolares, para as decisões do processo educativo.

Este é um colegiado formado por todos os segmentos de comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção, funcionários. É um espaço de diálogo, comprometimento, envolvimento, que busca um aumento do conhecimento em torno da escola, do tipo de educação que se quer, do fazer pedagógico e financeiro, trazendo à tona a fala de todos em prol de uma educação de qualidade. (HORA, 2007)

Nesse sentido, a questão da democratização do ensino público, não pode se resumir ao acesso à escola. Entende-se que a democratização da educação envolve sim o acesso, mas também a manutenção do aluno em sala de aula com uma educação de qualidade. Para que isso ocorra é necessária uma participação de todos os segmentos escolares, discutindo meios para tornar a educação um fim que tenha sentido para todos.

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos que se fundamenta no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Regimento Escolar com a intenção de analisar as ações educacionais para indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O objetivo principal do Conselho de Classe é diagnosticar problemas no que se refere aos alunos e também ao corpo docente, mas na prática acaba por avaliar alguns alunos e/turmas e a prática pedagógica da escola. Estes acontecem no fim de cada bimestre e são discutidos encaminhamentos pedagógicos, notas e conduta disciplinar dos alunos. (LÜCK, 2010)

De acordo com Libâneo (2012), esta instância tem como finalidade a superação da burocracia inserida novo processo avaliativa que proporcione analisar as práticas pedagógicas e, assim, possa alterar a organização do trabalho pedagógico para garantir a aprendizagem de todos os alunos.

A Gestão Democrática tem como princípio a participação, a transparência e a implementação de políticas educacionais comprometidas com a qualidade do ensino. Contudo, não se pode pensar em Gestão Democrática sem a participação, presença e comprometimento da comunidade. Sendo assim, a participação da Associação de Pais e Mestres é um recurso de administração descentralizadas das verbas da instituição escola. A APM é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, de caráter social e educativo, com a finalidade de aproximar a comunidade escolar e contribuir com o processo educativo dos alunos na escola. Sua principal função é atuar, juntamente com o

Conselho de Escola, na gestão democrática escolar, participando das decisões quanto às questões financeiras, administrativas e pedagógicas. (LIBÂNEO, 2001)

Neste âmbito, os objetivos estatutários da APM apregoam que cabe à associação mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade para auxiliar a escola, provendo condições que permitam a melhoria do ensino e a conservação e manutenção do prédio, dos equipamentos e das instalações.

Dessa forma, para que a APM seja entendida como uma via para a gestão democrática participativa acredita-se que é necessária que a gestão escolar seja a principal incentivadora e mediadora deste processo. Além disso, que ela seja a responsável por influenciar e motivar professores, funcionários, alunos e pais a participarem e colaborarem para que os objetivos da instituição escolar sejam alcançados.

O Grêmio estudantil é uma organização que tem como pano de fundo, potencializar os estudantes no sentido, de atender suas demandas específicas, sua luta contra concepções que lhe agridam ideologicamente. Noutras palavras, é uma organização representativa de um seguimento essencial na escola, e que, portanto, tem que ser representado diretamente por eles (estudantes). (GONÇALVES, 2015)

Segundo Libâneo (2001, p. 93): "O Grêmio Estudantil é uma entidade representativa dos alunos que lhes confere autonomia para se organizarem em torno dos seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais".

Dentro deste contexto, criam-se mecanismos de participação legitimam o processo democrático nas escolas que são as Instâncias colegiadas e o Grêmio Estudantil espaço de representação dos alunos na escola, configurando-se como instrumento destes para a materialização de seus desejos e expressão de suas reivindicações, vem de encontro com a proposta do governo que é a democratização do ensino nas escolas públicas.

Nessa perspectiva, a escola pode estabelecer um diálogo constante com todos os segmentos, na tentativa de descentralizar suas ações valorizando a participação e a formação de sujeitos autônomos. Essa autonomia deve prevalecer nas diferentes experiências da escola, de modo que busquem melhorar a instituição visando uma educação referenciada socialmente.

A LDBEN, Lei 9394/96 prevê a participação da comunidade em instâncias colegiadas tais como: APM, Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis, bem como da gestão democrática no interior da escola. Dessa forma, remete à gestão democrática ainda a garantia da elaboração do projeto político-pedagógico da escola, com a participação dos profissionais da educação dentre os quais estão contemplados: direção, equipe pedagógica, professores e funcionários da escola

O projeto político-pedagógico está embasado na lei brasileira nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O projeto político-pedagógico deve estar embasado em princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita como: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; qualidade para todos, e não só para as minorias econômicas e sociais; gestão democrática que envolva a participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações (BRASIL, 1996).

Assim, para potencializar este papel democrático do PPP, Drabach e Souza discorrem:

[...] o que pode indicar o potencial democrático do PPP, além da sua existência, é a forma como foi construído, o grau de envolvimento e o tipo de participação dos sujeitos no processo de construção. Um PP elaborado apenas pelo diretor, ou que seguiu um modelo determinado pela secretaria de educação, é, certamente, menos democrático do que um projeto que foi construído com a participação efetiva de toda a comunidade escolar. O que quer dizer que a forma como o PPP é construído indica o quanto ele foi capaz de ser instrumento em favor da democracia na escola (DRABACH, SOUZA, 2014, p. 233).

Neste contexto, a participação coletiva e democrática, possibilita a busca de resultados positivos e a elaboração de experiências de forma não autoritárias no exercício do poder dentro do contexto escolar, além do conhecimento da avaliação dos serviços oferecidos bem como, uma intervenção organizada na vida escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a gestão democrática ocorra de fato nas escolas é necessária uma luta diária para manter e ampliar os direitos já conquistados que atentam para um projeto político pedagógico que contemple uma formação crítica, ou seja, uma gestão democrática que atenda necessidades para uma educação integral dos sujeitos.

Assim, uma das competências do trio gestor é avaliar os resultados obtidos pela escola em sua função de propiciar a formação integral de seus alunos e assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar da sua aprendizagem, considerando a qualidade do ambiente escolar e a adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação desses resultados, com o objetivo de melhorá-los, em compatibilidade com o projeto pedagógico escolar

Não resta dúvida que, mesmo com a multiplicidade de concepções, uma educação só tem qualidade se atender às demandas de seu público, se possível, superando-as. E só é possível compreender essas demandas trazendo a comunidade para dentro da escola, repartindo com ela as responsabilidades e buscando nela as soluções para os problemas sempre presentes.

Construir uma gestão da escola pautada em relações democráticas passa, necessariamente, pela ação do gestor da escola, tanto para manter como para construir um caminho de rompimento com a forma como vem se construindo ou processando essas relações. Um processo de gestão que seja democrático e que objetive a construção da cidadania não é um processo mecânico e sem compromisso. Ele só existirá na medida em que for desenvolvida a articulação entre o discurso e a ação e, ao mesmo tempo, a defesa dos interesses coletivos, tendo por referência os compromissos públicos e a construção de uma sociedade mais justa.

Como seria magnífico descrever não somente em palavras, mas também pudesse demonstrar o quanto uma gestão escolar democrática traz benéficos à toda a comunidade escolar, uma vez que a proposta é dar qualidade e vida ativa, política, social e econômica aos alunos, e nada mais fácil e viável que tornar a sociedade apta, conhecedora, ativa e participativa de todo esse processo escolar, trazendo para si as falhas, acertos, erros, soluções e variados significados e colaborações entre ambas as partes, comunidade escolar e gestão escolar. Construir uma educação de qualidade este é o principal objetivo e desafio de todos disposto a oferecer respeito e condição de acesso ao conhecimento para todos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá: A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação. Brasília: Ministério da

Educação/INEP, 2011. Disponível em: http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola. pdfhttp://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf. Acesso em 2 mai. 2022

BECKER. P. O que é democracia? Elaborações e autores. Edição

Portuguesa: 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394/96 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

DIAS, José Augusto. Gestão democrática da escola. In:_____. Educação básica: Políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2004.

DRABACH, Nádia P.; SOUZA, Ângelo Ricardo de. Leituras sobre a gestão democrática e o "Gerencialismo" na/da educação no Brasil. Pedagógica, Chapecó, v. 16, n. 33, p. 221-248, jul./dez. 2014.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GONÇALVES, Ana Caroline Santos. A gestão democrática no Brasil e o papel do gestor nas escolas. Sistema Integrado de Publicações Eletrônicas da Faculdade Araguaia-SIPE. V, 3, 2015.

GÓMEZ, A.I. Pérez. As funções sociais da escola: d reprodução à reconstrução

crítica do conhecimento e da experiência. In: Sacristán, J. Gimeno e

A.I.Pérez Gómez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HORA, Dinair Leal Da. Gestão Educacional Democrática. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ªed. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. O declínio da escola pública brasileira: apontamentos para um estudo crítico. In: LOMBARDI, José C. e SAVIANI, Derme Val (Orgs.). História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2012.

LÜCK, Heloísa. A Gestão Participativa Na Escola. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Série cadernos de gestão).

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1998.